



Universidade Eduardo Mondlane

Faculdade de Letras e Ciências Sociais

Departamento de Arqueologia e Antropologia

Licenciatura em Antropologia

**Do bairro Malanga à Tchumene II: vivência do espaço e dinâmica  
das relações sociais**

Autor: Escrivão de Nascimento Domingos André

Supervisor: Dr. Elísio Jossias

Maputo, Abril de 2016

**Do bairro Malanga à Tchumene II: vivência do espaço e dinâmica  
das relações sociais**

Autor

---

(Escrivão de Nascimento Domingos André)

Trabalho de Culminação de Estudos de Curso de licenciatura em Antropologia  
da Faculdade de Letras e Ciências Sociais da Universidade Eduardo Mondlane.

Supervisor

Presidente

Oponente

---

Maputo, Abril de 2016

## **Declaração de originalidade**

Declaro que este relatório de pesquisa é original e resulta da minha investigação pessoal e independente. Ao longo do texto e na bibliografia foram indicadas as fontes usadas na elaboração da pesquisa. O presente relatório de pesquisa não foi submetido em nenhuma outra instituição para grau nem esta a ser apresentado para obtenção de um outro grau para além daquele aqui diz respeito.

Assinatura

---

(Escrivão De Nascimento Domingos André)

Maputo, Abril de 2016

## **Dedicatória**

Dedico este trabalho à minha mãe Inês Campos Escrivão Chalamba, ao meu pai Maurício André Chalamba e o meu tio António Campos Dinheiro.

## **Agradecimentos**

Em primeiro lugar agradeço ao supervisor Dr. Elísio Jossias que se mostrou disposto em me apoiar na minha monográfica e pelos incentivos que me prestou quando estivesse com dificuldade na realização da mesma. Em segundo lugar agradeço ao meu primo Edson Gimo Luís, sem ele não teria alcançado os objectivos pretendidos. Em terceiro lugar ao meu tio Manuel Campos Escrivão pela sua contribuição durante o trabalho de campo. Em quarto lugar agradeço a família Estevão Carlos que ajudou moralmente a superar as dificuldades. Muito obrigado pela vossa colaboração.

Os meus agradecimentos aos meus colegas do curso de Antropologia do ano 2012, que ajudaram a ter uma reflexão crítica sobre os dados recolhidos no âmbito de trabalho de campo, em especial ao Anésio Ribeiro Manhiça, António Chavana Júnior e Jessica Jossias. De forma honrosa, dou graças aos meus colegas Augusto F. Maló e Pedro A. Nandjo que ajudaram-me nos momentos difíceis da vida académica. Agradeço também ao Dr. Emídio S. Gune pela sua contribuição durante a realização deste trabalho final do curso.

A todos que me acompanharam directa ou indirectamente no processo da minha formação muito obrigado.

## **Glossário**

**Khondzofe** - é diminutivo do riacho khondzofene, que está localizada na região norte do bairro Tchumene II, que faz fronteira entre bairro Tchumene II e bairro Tsalala.

**Kuphacha** - cerimónia tradicional que evocam aos espíritos e antepassados oferecendo comida e bebida com vista a pedir para lhes proteger.

**Uputso** - bebida tradicional feita de farelo de Milho.

**Xima** - é massa preparada com farinha de Milho ou de outros cereais.

**Xilhanfanine** – é nome de uma árvore cuja sombra desta árvore era aproveitada pelas pessoas para encontros, reuniões e outros eventos em Tchumene II.

## **Lista de Abreviatura**

CQ – Chefe do Quarteirão;

DINAPOT - Direcção Nacional de Planeamento e Ordenamento Territorial;

EN4 – Estrada Nacional Número Quatro;

EC – Estrada Circular;

RP – Representante do Reassentamento;

RPRAE - Regulamento sobre o Processo de Reassentamento resultante das Actividades Económicas.

## **Resumo**

Neste trabalho analisei os significados atribuídos aos espaços entre as pessoas que deslocaram-se do bairro Malanga, cidade de Maputo para Tchumene II. Adoptei as abordagens que enfatiza as relações sociais, onde as práticas e acções das pessoas fazem introduzir outros pontos de vista sobre a dinâmica da cidade, como na maneira que as pessoas usam e se apropriam a cada uma das modalidades de relações espaciais (Jenkins 2010: 10; Costa 2011: 8; Costa e Biza 2012: 38).

Adoptei a hipótese de que, as pessoas que foram construir suas casas em Tchumene II procuram se informar e apreender os hábitos, regras e costumes por meio das interações que vão estabelecendo no seu dia-a-dia num processo de redefinir o seu papel na sociedade (Castro 1997: 30). Para o efeito, descrevi a caracterização do bairro Malanga e Tchumene II; tracei a trajetória das pessoas; descrevi as relações sociais estabelecidas entre as pessoas deslocadas e as que já vivem em Tchumene para compreender as representações construídas sobre o reassentamento.

As entrevistas semi-estruturadas e conversas informais foram tomadas como técnicas básicas para a recolha de dados. Os dados permitem afirmar que, as relações sociais das pessoas reassentadas demonstram a continuidade de um modo de vida em constante articulação com a cidade de Maputo, torna-se distinguível devido a combinação de diferentes actividades que fazem parte das suas vidas, assim fazendo história contínua da identidade social.

**Palavras-chave:** *Tchumene II; vivências do espaço; dinâmicas das relações sociais e identidade social.*



# Índice

Dedicatória.....	I
Agradecimentos.....	II
Glossário.....	III
Lista de Abreviatura.....	IV
Resumo.....	V
Introdução.....	1
Enquadramento teórico e definições de conceitos.....	4
Considerações metodológicas.....	11
Saída da Malanga.....	14
A chegada das pessoas em Tchumene II e sua relação com o novo espaço.....	21
Vivência do espaço e a dinâmica das relações sociais em Tchumene II.....	28
Considerações finais.....	34
Referências.....	36



## Introdução

A cidade de Maputo tem registado transformação dos seus espaços notabilizados pela construção e reconstrução de infra-estruturas que condiciona a retirada, deslocação e reassentamento de pessoas do centro da cidade para espaços arredores. O exemplo é do bairro da Malanga, que foi abrangido pelo projecto de construção da estrada de ligação da ponte Maputo – Ka Tembe, que influenciou na retirada, deslocamento e reassentamento de pessoas da Malanga para a Baía Sul da Ka Tembe, distrito municipal da Ka Tembe, Tchumene II e Nkobe.

O deslocamento e reassentamento de pessoas têm sido estudados no campo das ciências sociais, concretamente na Antropologia e geografia apresentando as seguintes tendências: na primeira tendência o autor sustenta que o processo de reassentamento de pessoas influencia na emergência de novos significados sobre o espaço (Little 2002). A segunda tendência parte de uma pesquisa sobre a criação de aldeias comunais em Moçambique, em que o autor argumenta que o assentamento das famílias residentes num modelo espacial das aldeias comunais para o modelo habitacional urbano estimulou um modelo de vida inapropriado (Casal 1996). O modelo de vida inapropriado é resultado de as famílias não conseguirem adaptar-se ao espaço atribuído.

A terceira tendência parte do estudo feito aos deslocados Eritreus no Sudão, em que o autor demonstra que o tempo de permanência no Sudão não afectou a forma como os deslocados se identificaram. Os deslocados mostram a sua identidade social baseada na religião e assim desenvolvendo um forte sentido de identidade colectiva (Kibreab 2000). Na quarta tendência o autor defende que a deslocação de população de um lugar para o outro tem implicações na melhoria de condições de vida (Araújo 2002).

Na presente pesquisa centro-me na análise dos significados atribuídos ao espaço de Tchumene II que passaram a viver. Vou olhar a identidade social como algo relacional e construída processualmente (Pina Cabral 2005).

Adoptei a abordagem que trata as dinâmicas das relações sociais, nas diferentes maneiras por meio das quais as pessoas usam e se apropriam em cada contexto social, onde as práticas e modos de significação são circunstanciais.

A análise e a compreensão de experiências e vivências são orientadas por uma abordagem que procura sentidos que as pessoas atribuem aos espaços onde circulam e habitam. É de salientar que o contributo deste trabalho é para uma abordagem que articula a territorialidade, identidade e deslocamento das pessoas possibilitando os múltiplos significados e dinâmicas que circulam em universos diferenciados.

A pesquisa de campo foi realizada nos meses de Julho a Setembro de 2015 no Tchumene II, com recurso a observação participante, entrevistas semi-estruturadas e conversas informais cuja selecção das mesmas foi influenciada pelas abordagens teóricas de Casal (1996).

Com o início da construção da Ponte na Baía norte de Maputo que irá ligar a Baía sul da Ka Tembe e a construção da estrada de ligação da mesma Ponte, várias pessoas que viviam nos quarteirões (1, 6, 18, 19, 20, 40, 42, 43, 44, 45, 47 e 48) no bairro da Malanga, distrito municipal Nlhamankulu, na cidade de Maputo foram retiradas dos seus lugares onde tinham as suas casas para novos lugares. Para tal, foram criadas condições que se fundamentavam em duas alternativas: uma preferencial e outra alternativa. A primeira pressuponha a construção de uma nova casa nos bairros de “Incassane” e “Chimissava”, na Ka Tembe. A segunda pressuponha a compensação em dinheiro de acordo a uma avaliação prévia. São as pessoas que escolheram a segunda alternativa que foram procurar terrenos em Tchumene II e Khobe para construir suas casas.

Durante a revisão da literatura sobre deslocamento e reassentamento, focalizam-se experiências e vivências dos espaços anteriores no sentido de se questionar sobre os impactos emergentes no novo espaço. E nesta pesquisa interessa-me identificar: quais os significados que as pessoas atribuem ao novo espaço?

Neste trabalho estou a usar o conceito de reassentamento como analítico, definido como uma deslocação de grupos de pessoas num determinado espaço, onde encontra-se, deste modo, num processo de redefinir o seu papel na sociedade no que diz respeito a referência espacial (Castro 1997: 30).

Proponho trazer o estudo com base na abordagem que enfatiza as relações sociais, onde as práticas e acções das pessoas fazem introduzir outros pontos de vista sobre a dinâmica da cidade, como na maneira que as famílias pessoas usam e se apropriam a cada uma das modalidades de relações espaciais (Jenkins 2010: 10; 2012; Costa 2011:8).

E a identidade social como facto de nos recolhermos ou reconhecermos a outrem, pessoal ou colectivamente como existindo, inscrito no seio do contexto social como algo relacional e processual (Pina Cabral 2005).

Pina Cabral (2005) ênfase a construção de modelos teóricos processualistas que abraçam a complexidade e a sistematicidade de relações sociais. Dessa forma, as identidades pessoas também são sociais. Para este autor uma identidade social é um fenómeno cognitivo inscrito no seio de um contexto social, mas ao mesmo tempo é formativa desse contexto social, na medida em que são as identidades que permitem o reconhecimento social através de tempo e acção social.

Para abordar estas questões adoptei a hipótese de que as pessoas que escolheram a segunda alternativa que foram procurar terrenos em Tchumene II para construir suas casas procuram se informar e apreender os hábitos, regras e costumes por meio das interacções que vão estabelecendo no seu dia-a-dia onde habitam num processo de redefinir o seu papel na sociedade. O trabalho está organizado em sete capítulos. Fazem parte da introdução: (i) delimitação do tema e problema, (ii) breve apresentação tendências teóricas, (iii) objectivo e breve justificativa, (iv) breve apresentação metodológica; considerações metodológicas; revisão de literatura; enquadramento teórico e definições de conceitos; saída da Malanga; chegada de Tchumene II; vivencia do espaço e dinâmicas das relações sociais e conclusão.

## Enquadramento teórico e definições de conceitos

Neste capítulo traço as várias formas de olhar que acompanharam o debate sobre território, identidade e cidade. Na presente pesquisa adoptei a abordagem que analisa os processos de mudanças sociais e culturais concernentes à criação, apropriação e transformação do espaço (Jenkins 2010; Costa 2011). Ajuda a compreender o pressuposto de organização social de um contexto, a relação entre diferentes elementos de uma dada formação social no dia-a-dia das suas actividades e os pressupostos de organização do espaço numa relação com as relações sociais (Casal 1996).

Dá-se ênfase a construção de modelos teóricos processualistas que abraçam a complexidade e a sistematicidade de relações sociais. Dessa forma, as identidades pessoais também são sociais, consideradas como um fenómeno cognitivo inscrito no seio de um contexto social, mas ao mesmo tempo é formativa desse contexto social, na medida em que são as identidades que permitem o reconhecimento social através de tempo e acção social (Pina Cabral 2005: 100).

A relação identidade e território toma forma de um processo em movimento, que se constitui ao longo do tempo tendo como principal elemento o sentido de pertencer ao indivíduo ou grupo com o seu espaço de vivência. Esse sentimento de pertencer ao espaço em que se vive, faz conceber o espaço como *locus* das práticas, onde se tem o enraizamento de um complexo enredo de sociabilidade é que dá a esse espaço o carácter de território (Souza e Pedon 2007).

O estudo sobre a territorialidade está ligado com a própria origem da palavra território, de acordo com (Castro 1997: 35) deriva do latim *territorium* que é derivado de terra e que nos tratados de agrimensura apareceu com o significado de pedaço de terra apropriada. Na geografia aparece com destaque no final dos anos de 1970.

A partir desta definição, o conceito de territorialização definido por (Castro 1997) entende-se como sendo o conjunto de relações que se desenvolve no espaço-tempo dos grupos sociais.

Saque (2004) confirma esta afirmação ao dizer que o território é produzido no espaço temporário ou mais permanentes, pelo exercício de poder de um determinado grupo ou classe social. Embora o termo território tenha sido mais caracterizado com as relações de poder e, desta forma atribui-se ao Estado-Nação.

Nesse contexto, Saque (2004) compreende o território mais pelo domínio, e dá ênfase às relações de poder enquanto Castro (1997) o compreende a partir não só do domínio e controle politicamente estruturado, mas também de uma apropriação incorporando a dimensão simbólica e identitária dos grupos que o constitui.

Para Souza (2000), é importante a compreensão das relações de poder, as relações com os recursos naturais, as relações de produção ou as ligações afectivas e de identidades entre um grupo social e seu espaço.

As relações exercidas sobre o espaço-território nos dias actuais são de uma complexidade muito grande e, devido ao modo de produção capitalista ter dinamizado o território a partir de novas necessidades de circulação de pessoas, informações, comunicações e mercadorias, as transformações no quotidiano das pessoas também se alteraram sensivelmente (Souza 2000: 128). Esta abordagem levou-o a estabelecer as noções de comunicação constante baseado de redes e malhas que estabelecem o controlo e subordinação de pessoas e lugares.

Sendo assim, este autor analisa o território como apropriação, não como produção do espaço. Reconhece o território como espaço de relações de poder, mas também é palco das ligações afectivas e de identidade entre um grupo social e seu espaço.

Liesegang (2009) define território social como modelos de comportamento adquiridos por indivíduos e considerados indiscutíveis pelos seus praticantes, e ligam-se à identidade e maneira de ser do indivíduo ou grupo e não podem ser demolidos ou substituídos por uma simples argumentação.

Rodrigues (1992) salienta que a identidade territorial não existe nem *a priori* nem *a posteriori* à constituição do território. Pois que, é no movimento de sua constituição, e as permanentes transformações que vão ocorrendo ao longo da história que define o status ontológico desse

processo, Nestes espaços a comunicação dá lugar a constituição de uma identidade, o reconhecimento de si.

Os primeiros estudos sobre territorialidade e identidade social no campo antropológico, a perspectiva territorial explicavam a questão de identidade social de um território pela apropriação do conceito de territorialidade humana pela etologia, onde é considerado como um instinto ao par com outras espécies animais (Little 2002; Kibreab 2009; Hirschon e Gold 1982).

Neste caso, para os antropólogos explicar o comportamento humano através da comparação com “abelhas” ou “borboletas”, usavam o método etnográfico. Mais tarde surge uma outra linha de pesquisa antropológica que buscava explicar a territorialidade humana em termos de densidade populacional e limitações de recursos naturais (Little 2002).

Nesses estudos surgiram várias controvérsias porque defendiam que o comportamento do ser humano não pode ser deduzido ao comportamento de qualquer animal. A outra linha também suscitou outras controvérsias na medida em que esta linha se limita em explicar certos tipos de sociedade de pequena escala, sendo assim, não tem muita aplicabilidade aos grandes Estados contemporâneos (Little 2002; Kibreab 2009).

A linha mais recente de pesquisa antropológica que está nos debates actuais sobre a territorialidade e identidade baseia-se na teoria de territorialidade na antropologia definida por (Little 2002; Hirschon e Gold 1982) como ponto de partida uma abordagem que considera a conduta territorial como parte integral de todos os grupos humanos. Esta teoria esconde outros mecanismos pelos quais os indivíduos num dado grupo social podem usar para manipular as suas identidades.

Loforte (1984) vai além da concepção acima apresentada, ao referir que, esta conexão que identifica os elementos do seu espaço produzido historicamente nem sempre é pacífica, visto que carrega tensões entre a população autóctone e a emigrante, e isto, traz a relatividade das coisas. Esta autora salienta que a construção de identidade nesse âmbito pressupõe dois



processos divergentes, onde alguns actores perdem a sua identidade cultural originária na busca de uma nova conforme o que a realidade lhe oferece, com vista a ter um carácter de pertença; e outro verifica-se uma exclusão por não ter o carácter distintivo daquela realidade.

Contrariamente das abordagens de Pina Cabral (2005) quando advoga que a identidade social é conceito relativo e processual. Nesse contexto, a dimensão processual é histórico e apropria-se a uma determinada escolha. Assim como Jossias (2010: 134) no seu artigo Biografia, memória e Afirmação da Moçambicanidade situa os debates sobre a identidade nacional em Moçambique com uma sugestão de abordagem que enfatiza o sentido que os indivíduos atribuem às suas experiências.

Nos estudos sociológicos sobre os grupos sociais e suas particularidades encontramos também a Etnometodologica, que consiste na análise dos procedimentos que os indivíduos utilizam para por em prática as diferentes operações que realizam na vida quotidiana, tais como, comunicar, tomar decisões e raciocinar. Estas todas operações são fundamentadas pelo conceito de construção social (Pereira e Mesquita 2012).

O uso do conceito de construção social da realidade pode-se tornar importante em alguns casos para referir que os indivíduos reassentados que constroem o seu mundo no seu quotidiano através da criação de seus modelos particulares (Nguenha 2014). Conceito de estrutura da acção social está relacionado com a questão de ordem exigida com base nas normas previamente definidas pelas instituições responsáveis pelo processo de reassentamento.

Quando a ordem não se adequa com as preferências dos indivíduos, estes por sua vez optam pela adopção de acções semelhantes às esperadas pelas instituições, no processo da apropriação de seus espaços de habitação. O conceito de socialização refere-se ao modo pelo qual os reassentados são transmitidos as regras de convivência no bairro de reassentado.

As abordagens sobre a cidade foram marcadas por um percurso histórico baseada em ideias políticas, filosóficas e técnicas que orientaram as avaliações e intervenções nas cidades (meados do século XVIII), até no período de constituição do campo disciplinar do urbanismo (pré-urbanismo no século XIX). Estas ideias olhavam a cidade como coisa, fundamentada

por concepções convencionais de cidade considerando espaço ideal para que as projecções saíssem do plano das meras idealizações remotamente desejáveis (Oliveira 2002: 18).

De uma perspectiva mais filosófica e política, exploraram o mundo urbano em termos de mulheres na história exclusão da vida pública urbana. A cidade foi percebida principalmente como um lugar homens em que as mulheres juntamente com as minorias, crianças, pobres, ainda não são cidadãos de pleno direito no sentido de que eles nunca foram concedidos completa e acesso gratuito às ruas (Low 1996, 1997).

A segunda abordagem dá ênfase os aspectos desagregadores do processo tais como o colapso do sistema de transporte, as deficiências do saneamento básico, a falta de moradia, a concentração e desigual distribuição dos equipamentos, o aumento dos índices de poluição, da violência. Com base em variáveis e indicadores sociais, económicos e demográficos, aplicados à cidades do mundo subdesenvolvido (Magnani 1998).

A segunda abordagem sobre cidade foi baseada em situações sócio-espaciais e não foi relacionado a mudanças no ambiente construído e tecido no espacial urbano. Estavam mais preocupado num determinado espaço geográfico. Era como um estudo de ambiente clássico psicológico e espaço defensivo. Como exemplo, dentro deste contexto, os actos de violência e criminalidade estavam cada vez Maiores a ser focado pela Escola de Chicago (Low 1997: 56).

A terceira projecta cenários marcados por sucessão de imagens, resultado da superposição e conflitos de signos, simulacros, não-lugares, redes e pontos de encontro virtuais. Esta abordagem surge a partir das análises de alguns semiólogos, arquitectos, críticos pós-modernos, identificada como o protótipo da sociedade pós-industrial (Magnani Idem). Esta abordagem está virada à cidades desenvolvidas.

Como explica Magnani (Ibidem), a primeira abordagem apresenta uma linha de continuidade onde factores desordenados de crescimento acabam por produzir inevitavelmente o caos urbano; e a segunda, enfatiza-se a ruptura, resultado do desenvolvimento tecnológico que põem em causa as estruturas urbanas anteriores, as formas de comunicação e sociabilidade. Ao lado dessas abordagens, vivia-se na Europa, no século XVIII, a preocupação em relação aos fluxos, em especial das ruas e estradas. No século XIX, as projecções de cidades

permanecem numerosas, e os planos adquirem uma configuração mais relacionada aos problemas sociais.

As estratégias de design e planejamento urbano para a cidade do século XXI são uma resposta às mudanças do final do século XX, em urbano e suburbano da América do Norte. O aumento da desigualdade de recursos de bairro e serviços, o preço crescente de decente habitação, a diferença de renda cada vez maior entre ricos e pobres, e o desmantelamento da rede de segurança legislado deixando famílias sem-tecto, tem resultou na justaposição de barreiras físicas e sociais que separam pessoas e comunidades de raça, classe e género (Low 1996, 1997; Agier 2009; Oliveira 2002 e Velho 1973).

É com base na revolução industrial que mudou o instrumento do poder social por excelência que ainda residia no campo e que imprimia profundamente sua marca sobre a própria cidade. Com a revolução industrial desloca-se efectivamente o centro real do poder, fazendo o modo de vida urbano, (Velho 1973).

Observa-se nas abordagens acima expostas que, há ausência dos actos sociais e o papel determinante de outros actores. Estas abordagens têm abordado a cidade como uma entidade à parte de seus moradores: pensada como resultado de forças económicas transnacionais, das elites locais, de *lobbies* políticos, variáveis demográficas, interesse imobiliário e outros factores de ordem macro; parece um cenário desprovido de acções, actividades, pontos de encontro, redes de sociabilidade (Magnani 2002: 16).

A quarta abordagem a questão de cidade com base nos actores sociais, onde estes aparecerem como representantes do capital e das forças, sem ignorar a contribuição da acção engajada e organizada, onde há uma gama de práticas que não são visíveis na chave de leitura da política. A presença desses actores e de suas práticas é que fazem introduzir outros pontos de vista sobre a dinâmica da cidade. Nesse âmbito há uma modificação na distribuição e na forma de seus espaços públicos, nas suas relações com o espaço privado, no papel dos

espaços colectivos e nas diferentes maneiras por meio das quais os agentes usam e se apropriam de cada uma dessas modalidades de relações espaciais, (Magnani 2002).

É uma abordagem relacional sobre a cidade, onde é tida como um *locus* privilegiado para a observação das dinâmicas sociais, onde suas práticas e modos de significação são sempre circunstanciais e, que, podemos encontrar a cidade de alguma maneira em processo. A cidade já não é considerada uma coisa, onde práticas e representações sociais dos actores, que são vectores de múltiplos significados e dinâmicos que circulam em universos diferenciados (Agier 2009; Loforte 1984; Magnani 2002).

Para abordar estas questões adoptei a hipótese que as pessoas que escolheram a segunda alternativa que foram procurar terrenos em Tchumene II para construir suas casas procuram se informar e apreender os hábitos, regras e costumes por meio das interacções que vão estabelecendo no seu dia-a-dia onde habitam num processo em movimento de redefinir o seu papel na sociedade (Castro 1997).

## **Considerações metodológicas**

No presente capítulo apresento procedimentos metodológicos e técnicas de recolha de dados usados no trabalho de campo. A pesquisa seguiu o método etnográfico, baseado na abordagem qualitativa combinada com observação participante no terreno e auxiliada por entrevistas semi-estruturadas e conversas informais. Com a combinação desses

procedimentos foi possível obter histórias de vida, experiências, compreender as percepções e significados que as pessoas que saíram da Malanga atribuem ao novo espaço.

O estudo foi realizado em Tchumene II, localizado na cidade da Matola, Província de Maputo. Neste bairro as pessoas que construíram suas casas na margem direita da estrada nacional número 4 (EN4), no sentido cidade da Matola – Moamba ou África do Sul, no município da Matola, na mesma província. As entrevistas semi-estruturadas e conversas informais foram feitas a pessoas de diferentes categorias tais como, Chefes dos Quarteirões (CQ), Representantes do projecto (RP) da construção da Ponte Maputo – Ka Tembe e estrada de ligação da Ponte, e as pessoas que saíram da Malanga.

A pesquisa teve três fases a saber: a fase exploratória que consistiu na revisão da literatura e exploração de dados no contexto de pesquisa desde o mês de Abril a Junho do ano 2015; a fase de trabalho de campo que foi realizado de Julho a Setembro do ano 2015 e a análise de dados que decorreu nos meses de Dezembro de 2015 a Março de 2016.

O trabalho teve início no mês de Julho e terminou em Setembro de 2015. A recolha de dados da primeira fase do trabalho de campo era efectuada todos os dias da semana, visto que naquele momento gozava de férias. Na segunda fase a recolha de dados era efectuada em três dias por semana. As conversas e os discursos dos entrevistados eram guardados no caderno e no diário de campo, e estes servem para registar os casos recolhidos e observados no terreno, para depois deste processo recapitulá-los, analisa-los e apresentar em texto, que representa o resultado (Reis 2009; Lima e Sarró 2006).

### **Técnicas de recolha de dados**

Por razões metodológicas a pesquisa seguiu o trabalho de campo etnográfico. Este método foi influenciado pelas abordagens que analisam os processos de mudanças sociais e culturais concernentes à criação, apropriação e transformação do espaço (Jenkins 2010; Costa 2011). Ajuda a compreender o pressuposto de organização social de um contexto, a relação entre

diferentes elementos de uma dada formação social no seu dia-a-dia das suas actividades e os pressupostos de organização do espaço numa relação com as relações sociais (Casal 1996).

Sendo assim o método etnográfico tornou-se fundamental porque permitiu observar directamente factos e acções das pessoas que saíram da Malanga e que construíram suas casas em Tchumene II, registando assim o que acontecia no terreno. Como explica Cardoso de Oliveira (2006: 18) que através da etnografia, que consiste em olhar, ouvir e escrever, o investigador participa na vida quotidiana de uma cultura diferente, tanto próxima como longínqua, observando e registando que vê. Ou como afirma Malinowski (1974) que com a observação participante de um contexto social possibilita a compreensão dos fenómenos sociais, fundamentados nos seus significados e nas suas lógicas particulares.

Para compreender o fenómeno estudado recorri a entrevistas semi-estruturadas e conversas informais que ajudaram a obter histórias de vida ou percursos das pessoas. As entrevistas semi-estruturadas guiam-se por relação de pontos de interesses que o entrevistador vai explorando ao longo da conexão, o entrevistador deixa o entrevistado falar livremente. Esta forma de procedimento tem vantagens no que concerne ao fenómeno estudado (Marconi e Lakatos 2006; Gil 2008).

Com esses procedimentos foi possível obter dados que ajudaram a compreender experiências, memórias e vivências que as pessoas atribuem ao espaço de origem e ao espaço de chegada. Dessa forma permitiu analisar processo de integração social e suas relações no novo espaço, e que a história de vida ou trajectórias das pessoas foi dotada como estratégia de compreensão de formas de vida, experiências e praticas quotidianas vivenciadas, tanto no espaço de origem como no espaço de chegada.

As histórias de vida permitiram também compreender o significado que atribuem os seus espaços de habitação no Tchumene II, que permitiu à possível interpretação e reinterpretação dos factos e acções quotidianas. Outra etapa é da revisão da literatura que é importante para que pudesse estar informado teoricamente com a temática em estudo, pois, através da revisão proporcionou-se um maior conhecimento sobre o local. Como explica (Leach 1982), o pesquisador antes de ir ao campo deve estar precisamente informando sobre o local.

## **Saída da Malanga**

No presente capítulo apresento de forma breve o processo de reassentamento em Maputo, a caracterização da Malanga, bairro onde as pessoas deslocarão, as causas que lhes levaram a deslocar, apresento a recensão das formas pelas quais os intermediários do processo de deslocamento acompanharam no levantamento dos dados de benfeitoria das pessoas afectadas e apresento a prática quotidiana das Pessoas na Malanga.

O processo de reassentamento em Maputo, capital de Moçambique teve início antes da exploração europeia e continuou na década 1950 para lidar com novas forças socioeconómicas e plano de desenvolvimento urbano que foi preparado e aprovado em 1952 (Jenkins 2010: 7; 2012: 61). Em situações de instalação de infra-estruturas como conjunto de habitações foram construídas casas para assimilados fora da área central da cidade.

Com expansão das industriais, surgem planos para construção de casas próximo das indústrias e fábricas, nas zonas de investimento (Jenkins 2010: 8; 2012: 61; Niconte 2012: 3). O reassentamento surge também em resposta aos desastres naturais como cheias e seca, em Moçambique este processo decorreu nos finais do século XX e princípios de XXI (Casal 1996; Nguenha 2014). No caso das cheias, o governo, entidades internacionais e organizações não governamentais desenvolveram estratégia de ajuda às populações afectadas. Neste caso, o processo de ajuda envolve a deslocação da população das zonas de risco para os centros de acolhimento onde têm aguardado pela atribuição de novos espaços de habitação denominados bairros de reassentamento (Casal 1996).

Através da dissolução das formas e tecnologias urbanas e a substituição por ambientes cuidadosamente planeadas existente influencia no reassentamento das pessoas. O Projecto de construção da Ponte Maputo – Ka Tembe é exemplo mais recente deste cenário, onde há processos recentes transformações e configurações de infra-estruturas urbanas, algumas antigas e outras novas a desenvolver a junção interna da cidade (Nielsen e Simone 2015: 7).

No ano de 2008 foi elaborado um projecto e mandatado pelo governo de Moçambique à Maputo Sul E.P, para assumir o processo de concepção, coordenação e implementação do “Projecto de Maputo - Ka Tembe - Ponta do Ouro” com vista a construir a ponte Maputo – Ka Tembe; novas infra-estruturas (pontes e estradas); plano geral de urbanização do Distrito Municipal da Ka Tembe e Plano de Desenvolvimento Regional Ka Tembe – Ponta do Ouro. Portanto, para se concretizar o projecto entendeu-se ser necessário, deslocar, reassentar, e indemnizar as pessoas que encontravam-se a viver nas áreas afectadas no bairro Malanga.

É a construção da estrada de ligação da ponte Maputo – Ka Tembe que influenciou à deslocação, a saída e o reassentamento de pessoas nas áreas afectadas nos quarteirões 1, 6,



18, 19, 20, 40, 42, 43, 44, 45, 47 e 48 no bairro Malanga, onde tinham suas casas para novos lugares. Para tal, foram criadas condições que se fundamentava em duas alternativas: uma preferencial e outra alternativa. A primeira pressupõe a construção de uma nova casa nos bairros de “Incassane” e “Chimissava”, na Ka Tembe. A segunda pressupõe a compensação em dinheiro de acordo a uma avaliação prévia. São as pessoas que escolheram a segunda alternativa que foram procurar terrenos em Tchumene II e Khobe para construir suas casas.

O projecto de estrada de ligação da ponte ocupou no bairro Malanga a partir da Avenida 25 de Setembro, passando de Kwalanga subindo para encosta da Malanga e até a praça 16 de Junho, afectando toda a rotunda e o mercado daquele bairro, e também vai até a rua de Udenamo, passando pelo bairro do Jardim até o bairro Luís Cabral.

O processo da deslocação, saída e reassentamento estava dividido em fases, e concluiu-se em 2013 e 2014 como a primeira fase à retirada de 900 famílias no bairro Malanga. A segunda alternativa era efectuada a compensação em dinheiro equivalente aos bens existentes num valor que variava entre valor total de 440. 079. 78 MZN à 959. 028. 93 MZN. Dessa forma, 80% preferiram disponibilização de local e casa equivalente, e os 20% preferiram pagamento em dinheiro que deslocaram para Tchumene II e Nkobe.

A opção alternativa era e/ou foi preferida apenas para os casos em que os donos das casas não estejam de acordo com a atribuição de nova casa e constituir pelo proponente. Estas pessoas ficam responsáveis por adquirir espaço para erguer suas casas. O valor da indemnização dependia do tamanho ou da tipologia da casa que era dono na Malanga e dos bens que continha. Como exemplo de que acabei de referir acima, o valor mínimo era atribuído de acordo com a tipologia da casa, características gerais, como casa de bloco, coberta de chapas de zinco e vedado de chapas de zinco. O valor máximo era atribuído com o mesmo critério, como casa de bloco de cimento com cobertura de chapas de zinco e pavimento de cimento, constituída por dois anexos, e que possui vedação de blocos e cimento.

As pessoas que tinham casas e bens existentes equivalentes num valor máximo de 959. 028. 93 MZN optavam pela via alternativa. O mesmo aconteceu com as pessoas que deslocaram para bairro Tchumene II, que são aqui as pessoas que prosseguiu-se o estudo. Estas adquiriram espaço com 15mX30m num valor que variava entre cem a cento e cinquenta mil meticais. Os espaços adquiridos em Tchumene II têm tamanhos superiores aos da Malanga que variavam entre 8mX15m a 10mX18m.

No espaço comprado por estas pessoas foram erguidas casas de acordo com suas preferências, como, casas de bloco de cimento, cobertas de chapas, que possuía vedação de blocos e cimento, constituídas por anexos (barracas, casa de banhos e cozinhas). As primeiras pessoas deslocaram no ano de 2013 e as outras deslocaram no ano de 2014. Os deslocados em 2013 foram os que não tinham filhos estudando, não tinham trabalho fixo e os que foram deslocados em 2014 são pessoas com filhos em escolas do bairro, trabalhos no bairro, assim estabelecendo um período probatório.

A principal questão que se coloca no processo de deslocação, saída e reassentamento das pessoas no bairro Malanga é da responsabilidade da Empresa de Desenvolvimento Maputo Sul e outros investidores. No bairro onde as pessoas foram deslocadas e reassentadas estão para construir uma infra-estrutura que vai beneficiar o público em geral.

Dessa forma existe uma diferença entre o processo do projecto em geral realizado pelas instituições privadas e pelo governo, tanto na negociação das pessoas, na compensação quanto no próprio reassentamento.

Por exemplo o projecto de reassentamento de Moatize – Cateme e de Palma em Cabo Delgado. Esses projectos são de instituições privadas, que por norma, há uma forma de encaminhar todo o processo de forma diferente dos projectos do governo. O facto de dizer que existe uma diferença não significa tratar de forma desumana as pessoas, pois todas as pessoas são e devem ser bem tratadas e merecem o mesmo encaminhamento.

Sendo assim essas instituições são obrigadas a deslocar as pessoas e a retribuir noutra espaço condições acima do espaço onde viviam. Como se verificou, o reassentamento de Cateme houve coisas que não foram respeitadas que aconteceu naquele caso. Razão pela qual que

resolveu-se traçar o Decreto n.º 31/2012, de 8 de Agosto do Regulamento sobre o Processo de Reassentamento resultante das Actividades Económicas (RPRAE).

Os projectos da mesma natureza no município de Maputo costumam ser de âmbito de construção urbano. Como exemplo a Empresa de Desenvolvimento Maputo Sul que esta a construir a estrada e ponte para a cidade e o público em geral. Nesse contexto, o projecto de construção da estrada e ponte Maputo - Ka Tembe, cabe a Maputo Sul fazer o projecto, inclusive o plano de reassentamento, que é uma directriz de como as coisas vão acontecer.

No plano apresentou-se o diagnóstico socioeconómico, como as pessoas vivem, suas casa, quantas pessoas vivem na mesma casa, e o que devem dar as pessoas que estão a deslocar, local de chegada, quais as condições criadas para não haver um prejuízo. Dentro do plano apresentava-se a monitoria e avaliação, com a monitoria o município da cidade de Maputo verificava o andamento do processo todo necessário. Dessa forma ajudava a traçar os problemas de reclamação que as pessoas pudessem fazer. Com a avaliação o município da cidade de Maputo compreendia a situação do projecto, tanto na melhoria como declínio. O plano também apresentava o cronograma, cronograma esse que servia para regular o tempo das actividades de todo o processo, inclui também o orçamento e o pessoal que deve trabalhar, nesse caso é a comissão de reassentamento.

Para a comissão do Município de Maputo no bairro Malanga caberia a vereadora do distrito municipal de Nlhamankulu. Sendo assim os elementos do município são de infra-estrutura para avaliar as casas, depois a direcção de planeamento urbano junto com arquitectos para atribuir a legitimidade do novo espaço onde foram construir suas casas. Depois entram os elementos das finanças que efectuavam os pagamentos de dinheiro e costumam trabalhar com alguns elementos dos distritos municipais, chefes dos quarteirões e juristas, que é gabinete do provedor de reassentamento. Nesse âmbito, o departamento de estudos de projectos era responsável de fazer o levantamento das benfeitorias e de calcular os valores, mas para o caso do Bairro Malanga o município só estava a fazer o acompanhamento do processo.

#### **4.1 Um olhar técnico sobre o espaço**

Apresento a recensão das formas pelas quais os intermediários do processo de reassentamento acompanharam no levantamento dos dados de benfeitoria das pessoas afectadas pela estrada de ligação Malanga. Apresenta-se com vista a mostrar a dimensão construída e relacional de olhar o espaço de habitação para reforçar a ideias de territorialidade e identidade.

O processo de levantamento de dados das pessoas afectadas baseou-se em questões socioeconómicas, com ajuda de inquérito. Os inquéritos de forma geral, procuravam saber o agregado familiar, posse de imóvel, ocupação das pessoas, faixa etária e entre outros. Dessa forma, identificavam o nome do dono da casa, o quarteirão, o número da casa, o número do agregado familiar que vivia na tal casa e as características gerais da casa. Na comunicação da compensação dos bens imóveis e matérias denominavam por habitação social e outras infra-estruturas como igreja, loja etc. Para estes, habitação social é a casa onde vive as pessoas afectadas acompanhado com os elementos do mesmo tecto.

Os modelos usados no processo de levantamento de dados e na forma como promovia as questões socioeconómicas assentam em fenómenos de físicos. Nota-se nesse caso que, há valorização correspondente ao uso e controlo do espaço, e assim outros elementos que faziam parte do dia-a-dia destas pessoas perdem valor, como, relações de vizinhança e representação de estrutura local (chefes de 10 casas e quarteirão). Esta valorização do uso e controlo do espaço estaria associado ao que Casal (1996: 27) chamou de sociedade de mercado, onde o espaço urbano torna-se reserva para futuras utilizações tais como: centro comerciais, auto-estradas, aeroportos, campos militares e entre outros, ou como afirma Jenkins (2010: 8) estas forma de olhar o espaço baseia-se em grande parte nas abordagens positivistas, que definem normas abstractas para o espaço e aplica este como um meio de controlo social. Portanto, esta abordagem moderna é geralmente encontrada em um mundo, onde o espaço urbano foi em grande parte impulsionado por economias políticas dominadas pelo Estado.

## 4.2 Práticas Quotidianas das Pessoas na Malanga

As práticas quotidianas das pessoas no bairro Malanga está fortemente relacionado com o bairro. É um espaço que vem assinalando uma dinâmica que se deu num período de tempo e detém características relacionadas a relações económicas, sociais e culturais. O espaço antigamente era denominado por *Wkakakana*, resultado do uso deste espaço pelas pessoas vindas dos distritos da actual província de Maputo que usavam este espaço na venda de produtos agrícolas, que muitas vezes traziam a *Kakana*, que hoje é bairro Malanga. No estudo exploratório observei que ainda existe essa prática de venda da *Kakana*, com outras verduras, legumes e produtos, assim considerado mercado e o nome *Wkakakana* ainda existe, onde atribuíram a uma rua daquele bairro.

O bairro Malanga acumula lama quando chove, assim as pessoas sentiam-se obrigadas a calçarem botas no tempo de chuva para conseguirem trabalhar e continuarem a fazer suas actividades. As actividades quotidianas praticadas na Malanga pelas pessoas deslocadas caracterizam-se neste estudo após à independência de Moçambique, em 1975, como resultado da dinâmica que se deu naquele período.

O desenvolvimento desta dinâmica distingue-se ano de 1975 porque é ano em que surge com necessidade as questões práticas das actividades próprias dos indígenas moçambicanos

Nota-se, dessa forma, a virada para o mercado do trabalho e a existência de negros moçambicanos a inclinar-se nas suas actividades, serviços e instituições do Estado moçambicano, que de acordo com tempo e espaço representou as suas formas de vida na Malanga. Assim estas pessoas representam o bairro Malanga não só como ambiente físico como também histórico social, político e económico. As pessoas na Malanga desenvolviam o comércio no mercado 16 de Junho que localiza-se naquele bairro, outras trabalhavam nas instituições ou sectores do Estado.

O desenvolvimento da actividade comercial pode ser pelo facto do bairro localizar-se próximo das estradas que oferecem fluxo de pessoas e transporte, o que faz com que essas pessoas garantem seus negócios e serviços estáveis. Além das actividades comerciais estarem directamente relacionadas com as suas formas de vida, também há aí perto na Malanga

instituições de serviços básicos, como, centro de saúde e escolas, assim influenciadas à não deslocarem longinquamente na procura serviços desta natureza.

A actividade comercial desenvolvida pelas pessoas deslocadas era acompanhada ou condicionada em alguns casos por um conjunto factores, que influenciava na manutenção das suas relações. Um dos casos que notei na base de conversa tida com a Cristina é de sentimento de pertença ou pertencente ao antepassado comum da Província de Gaza, onde a Cristina apresentou-se e/ou identificou-se como Machope e o adolescente que vendia chamussa e biscoitos da Cristina também era Machope.

Servindo de referência, remete as concepções levantadas por Costa (2011: 8) sobre o *Espaço do Lar* quando compreendeu o significado que as noções de *propriedade* ou *pertença* tinham para os diferentes membros da família, onde há muitas vezes relações de reciprocidade entre membros de uma mesma família que residem em localidades diferentes e que tem por base símbolos de identidade familiar (nomes, terra de origem, antepassados comuns).

Outro aspecto constatado na relação é a convivência que surge como uma articulação com os vizinhos. Como exemplo da relação marcada por vizinhança, o caso que se segue da Cristina mostra que a actividade comercial era praticada por relações de vizinhança.

Quando estava na Malanga acordava muito cedo, quatro a cinco horas da manhã para fritar chamussas e biscoitos para vender, esta era à única forma que ajudava a guardar o dinheiro, e também era o suporte do xitique que fazíamos entre as mulheres vendedeiras e as da Organização da Mulher Moçambicana, OMM.

Com o trabalho, não havia muito tempo para estar com bacia de chamussas e biscoitos, assim dava uma adolescente que vendia no mercado da Malanga e deixava pouca quantidade em casa também para vender onde era vendido por minha filha e quando chegava a hora de ir à escola esta deixava com em casa de uma vizinha ai perto. Pois outras pessoas do bairro já tinham acostumado em comprar em casa, assim não precisava de ir até ao mercado. Cristina. Feminino, 45 Anos de idade. Sede do Bairro Malanga: 2015.

Optou-se o termo que articula relações de vizinhança na base de um estudo realizado em Togo, que permite também extrair conclusões práticas. Nesse estudo, Agier (2009) constatou

que, os laços mantidos hoje entre grupos domésticos podem já não fornecer explicitamente a chave da genealogia ou sistema residencial, e este facto se estende nas cidades. Caso semelhante da Cristina e do adolescente vendedor está numa relação de abertura concernente a reorganização social. Este autor encontrou no seu estudo parentes, como, padrinhos e compadres/comadres no bairro à volta, quando estes vivem próximos, sobre tudo entre pequenos empregados, operários e pequenos comerciantes. Onde há troca social até certa mobilidade das crianças que são permitidas pelo parentesco espiritual, e familiarização das relações locais usam vias metafóricas.

Na mesma linha de ideias, Afonso (2004) explica que, as actividades de índole doméstica constituem a especificidade do grupo doméstico, e o grupo doméstico expressa na maioria das vezes a partilha de residência. Mas apesar desta clarificação, o simples critério de residência comum não ajuda a delimitar os limites do grupo doméstico. As suas actividades também constituem uma especificidade de relacionamento entre pessoas.

## **A chegada das pessoas em Tchumene II e sua relação com o novo espaço**

Neste capítulo apresento o processo de mudança que constituiu um momento em que os deslocados tiveram que se apropriar do novo espaço, experiências das pessoas no processo de integração no que se refere ao carácter de pertença. A propósito disso articula-se aqui dimensão económica e sociocultural, marcando uma relação entre o homem e o espaço. Neste contexto, entende-se espaço não só a partir do domínio e controle politicamente estruturado, mas também de uma apropriação incorporando a dimensão simbólica e identitária dos grupos que o constitui (Castro1997).

Como sendo um produto social, permite-se assim descrever as práticas e experiências que constituíram no momento em que os deslocados tiveram ao se apropriar ao novo espaço. Algumas pessoas deslocadas da Malanga que foram construir suas casas em Tchumene II foram influenciadas a realizar a cerimónia denominada Kuphacha. A cerimónia kuphacha aconteceu no momento de chegada em (Tchumene II). O caso a seguir da senhora Maria mostra os razões da realização da cerimónia kuphacha no novo espaço.

Quando vim comprar o terreno em Tchumene II para construir minha casa fui aconselhada pelas pessoas que vivem próximo do terreno que comprei e pelo chefe do quarteirão para a realização da cerimónia kuphacha. Devia realizar a cerimónia porque o espaço que hoje é Tchumene II era antigamente o espaço onde as pessoas que viveram enterravam os mortos nos arredores das suas casas.

Um dos casos mais frequentes era o enterro das crianças falecidas recém-nascidas que era realizado próximo das casas dos seus familiares. Então, as pessoas que compraram seus terrenos e construíram suas casas antes de mim foram aconselhadas pelos pessoas que assistiram estes casos de enterro para a realização da cerimónia kuphacha, pois quando outros não seguiram não conseguiam dormir nas noites, estes viam pombos a voar pela noite sobre as suas casas e as suas crianças adoeciam constantemente.

O meu vizinho que separa o quintal passou por esta situação, pois este quando comprou o terreno construiu a casa e passou a viver sem realizar a cerimónia, dias depois via gatos e cobras a passar no seu quintal. Quando interrogado pela situação partilhou com os outros sobre o que acontecia na sua casa, e estes aconselharam a realizar a cerimónia kupacha, isso aconteceu em 2003.

Depois do vizinho ter realizado cerimonia passou a viver normalmente como nada algo estivesse acontecido. Além disso, há campas que já desapareceram uma vez que os seus familiares não cuidavam e também há lugares onde até hoje existe campas visíveis próximo das casas, facto que despertou atenção em realizar a cerimónia kuphacha. Maria. 50 Anos, Feminino, Tchumene II: 2015.

Ver figura 2 que representa uma campa quase destruição por causa das construções de casas em Tchumene II.





Figura 1: Campa nos arredores das casas em Tchumene II.

Fonte: Escrivão de Nascimento D. André. Agosto de 2015.



Figura 2. Campa quase em destruição por causa das construções de casas em Tchumene II.

Fonte: Escrivão de Nascimento D. André. Agosto de 2015.

Dessa foram, a cerimónia *kuphacha* pode ser considerada neste caso tanto como uma forma de inserção no âmbito da apropriação do espaço fundada no carácter de pertença, ou como afirma Setton (2002) como forma de determinar uma gama variada e heterogénea de experiências singulares de socialização no determinado contexto social. Proponho considerar neste caso, a realização da cerimónia *kuphacha* como uma forma que articula o espaço e as pessoas, como forma de determinar uma gama variada e heterogénea de experiências singulares.

A cerimónia *kuphacha* é realizada no espaço onde as pessoas estão para construir suas casas ou já construídas. No acto da realização da cerimónia as pessoas cozinham *xima* leve com uma galinha cafreal não temperada, e preparam bebida tradicional (*uputso*), compram vinho branco e rape. De seguida levam as crianças e põem as de joelho de baixo de uma árvore, onde divide a todas crianças pedaços de *xima* e carne da galinha assada. Depois das crianças segue os mais velhos da família, também ficam de joelhos com seus pedaços de *xima* e carne nas mãos. De seguida entornam para chão *uputso*, vinho branco e rape, acompanhado com discursos.

A realização da cerimónia no novo bairro foi influenciada pelas pessoas que já viviam naquele bairro, como, vizinhos e chefes dos quarteirões, aconselhando assim aos novos residentes para a realização da cerimónia. A cerimónia envolvia, vizinhos, o chefe do quarteirão, e este último como o “comando” da cerimónia diante dos novos residentes.

*Kuphacha* é considerado por estas pessoas como sendo cerimónia, que visa comunicar os espíritos ou antepassados para servirem de guardiões do espaço e para receberem bem as pessoas que passaram a ocupar o espaço, e também comunicar os espíritos ou antepassados das pessoas deslocadas que passaram a viver noutra espaço e que continuem a cuidar e controlar os mesmos. Dessa forma, para as pessoas que realizaram a cerimónia (*kuphacha*) traduzem suas noções adquiridas sobre o espaço de habitação e, é nesse contexto que, o espaço pertence e ganha uma ordem mais complexa do que a sua forma física, visto que, esta cerimónia é de base social. Razão pela qual que Liesegang (2009: 6) argumenta que os seus modelos de comportamento adquiridos e considerados indiscutíveis pelos seus praticantes ligam-se à identidade e maneira de ser do indivíduo ou grupo e não podem ser demolidos ou substituídos por uma simples argumentação.

Outra parte a cerimónia kuphacha está inerente à experiências de que deverá relacionar-se em grande parte com a prática social, numa relação fundada de habitus que foi interiorizada pela história das pessoas e da estrutura social presente. Servindo de referência, remete-nos as concepções levantadas por Setton (2002) no seu artigo sobre *a teoria do habitus em Pierre Bourdieu: uma leitura contemporânea*. Portanto, a noção de habitus, neste estudo, entra como via pela qual ajuda a pensar a relação entre contexto social que passaram a viver que influenciou na realização da cerimónia kuphacha e as pessoas que aderiram a cerimónia, porque outras pessoas praticarem ou passarem a mesma experiência no momento de chegada.

*Habitus* é então concebido como um sistema de esquemas individuais, socialmente constituído de disposições estruturadas (no social) e estruturantes (nas mentes), adquirido nas e pelas experiências práticas (em condições sociais específicas de existência), constantemente orientado para funções e acções do agir quotidiano. Pensar a relação entre indivíduo e sociedade com base na categoria habitus implica afirmar que o individual, o pessoal e o subjectivo são simultaneamente sociais e colectivamente orquestrados. O habitus é uma subjectividade socializada. Dessa forma, deve ser visto como um conjunto de esquemas de percepção, apropriação e acção que é experimentado e posto em prática, tendo em vista que as conjunturas de um campo o estimulam (Setton 2002: 63).

É nesse sentido que para estas pessoas a noção de habitação, a maneira como vêem a habitação e o acesso a uma nova habitação noutra espaço é entendido como um processo de integração do indivíduo na sociedade para fazer parte dela. É uma subjectividade socializada que dá sentido as suas acções e que se põe em prática de acordo com o seu contexto social. É a partir destas práticas a casa e o espaço que passaram a viver ganha um papel de social nas suas vidas. Estas pessoas procuram assim definir seus espaços, e isso explica a particularidade de cada espaço, e com a cerimónia estas pessoas são reconhecidas como “seus”.

Desse modo, a relação identidade e território toma forma de um processo em movimento, que se constitui ao longo do tempo tendo como principal elemento o sentido de pertencer ao indivíduo ou grupo com o seu espaço de vivência. Esse sentimento de pertencer ao espaço em que se vive, de conceber o espaço como *locus* das práticas, onde se tem o enraizamento

de um complexo enredo de sociabilidade é que dá a esse espaço o carácter de território (Souza e Pedon 2007).

A escolha de ir a Tchumene II esta relacionada pelo facto deste espaço estar localizado numa das estradas que apresenta maior fluxo de pessoas e bens, e que facilita entrada da cidade de Maputo. Esta é a estrada nacional número 4 (EN4) denominada Witt Bank, que faz ligação entre a cidade de Maputo, província de Maputo e África do Sul. O outro aspecto que influenciou as pessoas ir a Tchumene II foi pelo facto deste espaço hoje estar ligado pela estrada circular de Maputo que faz ligação entre posto administrativo de Matola Gare, bairro Zimpeto, província de Maputo e cidade de Maputo.

Dessa forma Tchumene II é considerado por estas pessoas como sendo o espaço favorável para mobilidade, tanto para cidade de Maputo como para outros bairros, vilas, cidades e regiões. Nesse contexto, a escolha de ir a Tchumene II deve ser entendida como estratégia influenciada pela localização do espaço que aí podem circular em ambos os espaços ao longo das suas actividades.

O facto pode estar relacionado com a afirmação da Costa (2011: 10) em que vários casos de famílias que ao longo das últimas décadas mudaram várias vezes de bairro na cidade de Maputo. A importância de que se revestem as redes familiares parece explicar e permitir esta mobilidade para a cidade e dentro da cidade que se mantém com bastante intensidade. Pois neste caso, as pessoas viram Tchumene II de acordo as infra-estruturas (estrada nacional numero 4 e estrada circular de Maputo) como espaço estratégico para a manutenção socioeconómicas.

Esta tendência estaria também relacionada ao que Jenkins (2010) denominou de crescimento proporcional em áreas urbanas secundárias e terciárias. Aliado a isso é a crescente complexidade das tendências migratórias urbanas, circulares e intra-urbanas do movimento da população.

## **Vivência do espaço e a dinâmica das relações sociais em Tchumene II**

No presente capítulo apresento caracterização, descrição, trajectos de vida e vivências das pessoas que saíram da Malanga que estão a viver em Tchumene II com vista à destacar as formas que pessoas relacionam-se com o espaço, como se adoptam e se relacionam para dar significados ao mesmo. Partindo do argumento de que toda a sociedade constrói significação sobre o espaço onde vive, classificando-o, e ao mesmo tempo, o espaço impõe sobre o desenvolvimento material e imaterial de uma sociedade, onde há implicações que exigem acções ao pensamento humano (Little 2002; Casal 1996).

Tchumene II para onde as pessoas foram construir as suas casas localiza-se na cidade da Matola, Província de Maputo. Tchumene II inclui-se no posto administrativo da Machava, onde as pessoas deslocadas do bairro Malanga passaram a viver. Estas vivem na margem direita da estrada nacional número 4, no sentido cidade da Matola - Moamba ou África do Sul. O Bairro dista cerca de 7 km da Cidade da Matola e 17 km da Cidade de Maputo, e faz fronteira a este com bairro Matola Gare, a oeste com Tchumene I, a norte com Tsalala, e a sul com Mahoche.

No período anterior à independência de 1975, o espaço denominado Tchumene II era ocupado por um português chamado “Lambeiro”, que usava este espaço para cultivar nas margens do riacho *Khondzofe*, que faz fronteira entre Tchumene II e Tsalala. Há vestígios que fundamentam a existência desse colono português, como exemplo faz-se referência o poço construído por este em 1952, que aproveitava à água do poço para abastecer suas quintas. Lambeiro permaneceu durante 30 anos naquele espaço, contando desde antes da independência e até após independência.

O Lambeiro abandona o espaço principalmente depois da independência de Moçambique, em 1975, quando na altura Presidente Samora Machel teve o conhecimento da existência do português Lambeiro que explorava aquele espaço. Foi expulso em 1976, quando o presidente enviou sua delegação com o propósito de expulsá-lo do espaço onde explorava. Com decorrer do tempo, em 1979 o espaço onde explorava Lambeiro foi ocupado pelos militares das Forças Armadas de Defesa de Moçambique (FADM), onde reorganizaram este espaço para as suas actividades, como a instalação de dois quartéis, um quartel de engenheiros sapadores, especialistas em desactivar minas e outro quartel militar denominado contra-inteligência.

O espaço denominado por Tchumene II emergiu também no período pós-independência (1975) como um espaço de cultivo, onde as pessoas que viviam nas zonas periféricas da cidade da Matola usavam para agricultura. Com a dinâmica do período imperialista que fez crescer cidades, centros de administração, comércio e indústrias, caracterizava-se pela coexistência de duas áreas distintas: o centro de administração, comércio e os subúrbios, que se formaram à medida que as cidades foram crescendo. A população branca vivia nos centros de administração e os negros viviam nos subúrbios (Jenkis, 2010 e Castel-branco 1994). Portanto, presume-se assim que eram estes negros, trabalhadores braçais da construção civil e aterros, das obras públicas, do porto, dos caminhos-de-ferro, das fábricas e indústrias que usavam espaço para suas machambas.

Depois da assinatura dos Acordos Gerais de Paz de 1992 em Roma, o espaço foi parcelado e aproveitado por militares gerais e outras pessoas civis. Nesse tempo era antes de Tchumene II possuir a canalização da água, com isso essas pessoas madrugavam para conseguirem água naquele poço construído por Lambeiro.

Tchumene II era denominado por *Wawene*, nome este que as pessoas que vivem em Tchumene II sempre usaram quando quisessem realizar reunião ou encontro. As pessoas de Tchumene II consideram *Wawene* como sendo nome de um antigo régulo deste espaço. Pensa-se assim que Tchumene possa ser nome do seu pai ou avô. As pessoas que adquiriram terrenos em Tchumene II destruíram as machambas, destruíram algumas campas existentes no terreno adquirido e vão cortando as árvores para construir as suas casas, lojas e outras infra-estruturas. Ver fotografia número 3.



Figura 3: O corte das árvores para construção de infra-estruturas em Tchumene II.

Fonte: Escrivão de Nascimento D. André. Agosto de 2015.

Nas décadas atrás antes de a ver muitas construções, havia em Tchumene II muitas árvores de Cajueiros, Mafurreiras e Canhueiros, cujas frutas de Cajueiros e Canhueiros eram aproveitadas nos princípios de cada ano para produzir bebida. A bebida produzida a partir de Canhu era consumida em comum pelas pessoas no Xilhanfanine e usavam esta bebida para realização da cerimónia kuphacha, além de uputso. Xilhanfanine era nome de uma árvore frondosa onde as pessoas realizavam reuniões, encontros e outros eventos. Esta árvore foi cortada em 2010 quando estava a ser construído um condomínio naquele espaço. Com o corte das árvores e conseqüente escassez da fruta não se produz a bebida para beber em

comum, mas sim para a venda. Há pessoas em Tchumene II que nos seus quintais tem uma ou mais árvores de Canhu, quando chega o tempo produzem a bebida e vendem.

A designação de Tchumene, tanto Tchumene I como Tchumene II surge através do plano de expansão urbana, concretamente com o plano de construção da estrada nacional número 4, denominada Witt Bank. Foram as pessoas que começaram a difundir o nome de Tchumene, depois surge o plano de ordenamento na margem esquerda da (EN4), onde surgiu casas, condomínios, farmácias, posto policial, prédios, canalização da água e extensão da rede eléctrica. Portanto, são estas infra-estruturas que condicionaram a designação de Tchumene I. Sem demorar tanto tempo, as pessoas que viviam na margem direita da (EN4) passaram a designar o seu espaço de Tchumene II. A diferença de Tchumene I e II resulta na existência de diferentes formas de construção, caracterização e tipos de infra-estruturas.

O nome (Tchumene) veio a se expandir com intensidade através dos cobradores de transportes públicos nos finais do ano 2007 a princípio de 2008 quando nestes anos o espaço manteve fluxo de bens e pessoas à procura de espaço de construção e outros que se encontravam já no processo de construção das suas casas. Verifica-se dessa forma que, a definição básica de formalidade é da legalidade e da regulação, mas que muitas vezes assume a ordem social pode ser controlada através de ordem física. Em muitas cidades africanas, há muito pouco que pode ser vista como sendo totalmente “formal”, e na maioria das “informal” é muitas vezes socialmente legítimo (Jenkins 2010).

O critério considerado legal que é usado para considerar um espaço de bairro é basicamente o espaço ter ou apresentar um número acima de dois mil habitantes, em função da extensão territorial, infra-estrutura e equipamentos sociais acima de 80%. Em Tchumene II, espaço onde se encontram as pessoas que saíram Malanga possui uma estrutura de actividades e serviços, como comércio de rua, ocupando no interior do bairro nos quintais das residências e as vezes ocupando principalmente nas esquinas. São estes lugares onde vendem produtos da primeira necessidade, como pão, arroz, óleo, farinha, verduras, legumes, hortaliças e entre outros. Também ai há contentores em formas de banca, onde vendem muitas vezes bebidas e matérias de construção, razão pela qual que Tchumene II não é bairro definido de formalidade.



Como é o caso de construção de armazéns, garagens de estacionamento de carros e fábricas. Em Tchumeme II tem duas escolas, escola primária e completa, há canalização de água e rede de energia eléctrica. Embora haja semelhança com outras actividades, outros serviços e sectores, há actividades que são específicas no bairro onde deslocaram, como é o caso de da presença de fluxos de pessoas e bens no mercado 16 de Junho, isso faz com que as suas actividades funcionam e seus serviços mantêm. Importa dizer que, o projecto de construção, reconstrução, estruturação e reestruturação da cidade que influencia a deslocação das pessoas, a tendência das pessoas deslocadas sentirem-se mais da cidade do que do outros bairro que estão a viver.

A vivência do espaço e as relações sociais de dia-a-dia, tanto lazer, entretenimento como nas actividades e sectores de trabalho destas mesmas pessoas expressa de forma prática a relação com a cidade de onde estas pessoas saíram. Dado que, torna-se com o decorrer do seu dia-a-dia uma permanente mobilidade para a cidade, não só para as pessoas que saíram da Malanga, mas também as que já viviam em Tchumene II. Pois são pessoas que tiveram razões diferentes de viverem em Tchumene II mas marcas numa relação contínua com a cidade de Maputo.

A distância espacial neste caso fez com que estas pessoas adoptassem e apreendessem outras formas de vida, cuja nova forma representa a continuidade de histórica da sua vida. Os locais onde exercem as suas actividades encontram-se na nesta cidade, sectores de trabalho, empresas de serviços, cinemas e entretenimento também se localizam nesta cidade, o que leva a ser o seu contexto quotidiano das suas acções entre outros diferentes actores sociais. Como exemplo de que acabei de referir, o caso à seguir da Jessica mostra que a cidade de Maputo onde deslocaram constituiu uma grande importância histórica da sua vida e até hoje a mesma cidade constitui e representa a continuidade histórica da sua vida.

Naquele tempo frequentava o penúltimo ano de escolaridade, caminhava a pé e em grupo com colegas. Nessa caminha cada um contava histórias de fim-de-semana ou de assuntos da Escola, ainda lembro aqueles tempos, pois foi muito bom para mim.  
Jessica, 25 Anos, Feminino, Tchumene II: 2015.

Eram dez horas do dia 22 de Setembro de 2015, duas semanas depois de ter conversado com Jessica, quando fui a casa dela, em Tchumene II. Lá ia para mais um dia de trabalho de

campo, foi quando encontrei esta e mais duas jovens na sua casa a conversarem sobre o mega show musical que teria lugar na cidade de Maputo, nos dias 25 e 26 de Setembro. Naquele momento todas elas afirmavam categoricamente que não perderiam o mega show, alegando que era o maior show do ano, pois juntava cantores/músicos Moçambicanos, Angolanos e entre outros. A Jessica explicou e apresentou a sua prima que vive na cidade de Maputo e a outra era sua amiga da turma dos anos anteriores, e também é amiga da sua prima. Razão pela qual que naquele dia pensaram em visitar a Jessica e aproveitar conversar sobre o mega show que se esperava nos próximos dias na cidade de Maputo.

Nota-se com base neste caso que, a cidade de onde as pessoas deslocaram constitui e ainda representa grande importância histórica da sua vida, e que foi e faz parte da memória delas. Considero assim que as dinâmicas das relações sociais estão inteiramente ligadas com a cidade de onde deslocaram. A construção de identidade sócio-espaciais e seu relacionamento em outras esferas se dá em diversas maneiras, e não se pode reduzir a dinâmica das relações sociais à uma escala geográfica. Como exemplo de que acabei de referir, apresento o caso do João que, com esse compreendeu-se que, a dinâmica das relações sociais não se reduz à escala geográfica, mas em articulação com as relações sociais entre diferentes actores.

Conversamos muitas vezes quando estamos caminhar para à paragem pelas manhãs ou quando estamos de volta dos postos de trabalho. Não há outro tempo porque mesmo eu como outras pessoas voltamos tarde e cansado. As vezes aproveitamos nos finais de semana ou feriados quando estamos em casa. Na minha caminhada ouvi com pessoas quando ia para o serviço na cidade de Maputo que, o chefe do quarteirão marcou uma reunião. Nessa reunião vamos falar sobre a questão de roubos em Tchumene II, concretamente no nosso quarteirão. A ideia que ouvi é de comprarmos apitos para quando acontecer um roubo ou assalto teremos de nos comunicar. O apito foi tomado como um instrumento de comunicação quando houver qualquer coisa estranha ou relacionada com o crime nas nossas casas. João. 50 Anos. Masculino. Tchumene II: 2015.

Em outras situações no caso aqui apresentado, levanta-se respectivamente a questões de cidade, uma delas que, de acordo com as trajetórias das pessoas, a cidade surge antes de mais nada como ponto de convergência. Nesse âmbito, as pessoas das diferentes zonas/áreas da cidade de Maputo e Província de Maputo estão proporcionalmente numa relação de

mobilidade circular com cidade de Maputo, neste caso reside o facto de uma relação interactiva. Jenkins (2010) e Costa (2011) têm a mesma ideia, quando afirmam que, em muitas regiões do mundo há uma tendência e primazia na forma urbana, e que esta primazia é aparente, visto que as áreas urbanas secundárias e terciárias estão crescentes complexidades migratórias dos centros urbanos, como migração circulares e intra-urbanas relacionados à complexas estratégias que as famílias constituem resposta às mudanças económicas e sociais.

## **Considerações finais**

No presente trabalho analisei significados atribuídos aos espaços entre as pessoas deslocadas do bairro Malanga, cidade de Maputo para Tchumene II, cidade da Matola. Parti da ideia segundo a qual, as pessoas deslocadas da Malanga procuram se informar e aprender os hábitos, regras e costumes estabelecidos no local por meio das interações que vão estabelecendo no seu dia-a-dia.

Para efectuar a tal análise, caracterizei o bairro de origem e o bairro de chegada; tracei a trajectória das pessoas reassentadas; descrevi as relações sociais estabelecidas entre as pessoas no Tchumene II; descrevi histórias de vida e compreendi as representações construídas sobre os dois espaços. Para atingir esses pontos, foi com base na observação participante auxiliada por entrevistas semi-estruturadas e conversas informais.

Verificou-se através destes procedimentos metodológicos que, as pessoas deslocadas desenvolviam a actividade comercial e ainda desenvolvem no mercado da Malanga, como acontece com os trabalhadores de outros sectores. A continuidade destas actividades, tanto comercial como de outros sectores poderia ser pelo facto daquele espaço estar próximo de estradas que oferecem fluxo de pessoas e transporte, o que faz com que essas pessoas garantem seus negócios e serviços estáveis, e também pelo facto da cidade apresentar instituições de serviços básicos, como, hospital, escolas e outros sectores de trabalho e serviços.

No momento de chegada das pessoas ao novo espaço (Tchumene II) foram submetidas a realizar a cerimónia denominada Kuphacha. Permite-se assim descrever as práticas e experiências que constituíram no momento em que os deslocados que tiveram ao se apropriar ao novo espaço, e considerada como uma forma de inserção no âmbito da apropriação do espaço fundada no carácter de pertença, que representa não só as pessoas deslocadas mas também aos outros que influenciaram na realização desta cerimónia.

Concebido como um sistema de esquemas socialmente escolhido de disposições estruturadas de âmbito social e estruturantes nas mentes, adquirido pelas experiências prática em condições sociais específicas, orientado assim as funções e acções da forma como actuar num determinado contexto social. Embora tenha escolhido está prática socialmente construída, há coisas básicas que constituem na vida das pessoas em Tchumene II, como a dinâmica das actividades e serviços no novo bairro.

Que a reprodução deste espaço por meio das práticas e das representações sociais esta baseada numa relação de mobilidade ao espaço de origem (bairro Malanga), onde foi possível compreender que as suas actividades, práticas e relações sociais expressam subjectivamente a profunda ligação com aquele espaço. Nesse contexto, as pessoas deslocadas concebem o novo espaço como facto material que possibilitou a construção de casas para residirem, casas essas que pensavam em construir num dia.

A cidade de Maputo torna-se distinguível devido a combinação de diferentes actividades que fazem parte das suas vidas, assim fazendo história contínua da identidade social, pois estas pessoas ainda sentem-se da cidade de Maputo. Essas relações podem ser identificadas através da observação e da descrição que os informantes fazem das suas práticas e das interacções que mantêm com outros membros da família que residem noutras casas, no mesmo bairro ou noutras zonas ou localidade. Importa referir que esta situação permite compreender os critérios pelos quais as pessoas usam para escolher e definir um espaço.

## Referências

- Afonso, Ana. 2004. “Grupo Doméstico e Mudança Social: Abordagens Qualitativas e Quantitativas”, *Etnografia*, 4 (1): 153-182.
- Agier, Michel. 2009. *Antropologia da Cidade: lugares, situações, movimentos*. São Paulo: Editora Terceiro Nome.
- Cardoso de Oliveira, Ricardo. 2006. “Capítulo 1: o trabalho do antropólogo: olhar, ouvir, escrever”, in *O trabalho do antropólogo*. São Paulo: Editora UNESP, pp 17-35.
- Casal, Adolfo. 1996. *Antropologia e Desenvolvimento: As Aldeias Comuns de Moçambique*. Lisboa: Instituto de Investigação Científica Tropical.
- Castro, Iná. 1997. “Imaginário Político e Território: natureza, regionalismo e representação”, in Castro, Iná Elias *et. al. Explorações Geográficas*. Rio de Janeiro: Bertrand, pp 23-60.
- Costa, Ana Bénard e Biza, Adriano. 2012. “Families in Maputo and process of social and cultural change”, *Ethnographic Report*. Maputo: Home Space. pp 38-43.
- Costa, Ana Bénard. 2011. “Famílias de Maputo: processos de mobilidade e transformações urbanas”, *Revista Internacional em Língua Portuguesa*, 3 (23): 177-192.
- Covane, Luís A. 1989. “Considerações sobre impacto da penetração capitalista no sul de Moçambique, 1850-1878”, *I reunião internacional de história de África*, Lisboa: Instituto de Investigação Científica Tropical, pp 91-106.

Gil, António Carlos. 2008. *Métodos e Técnicas de Pesquisa Social*. São Paulo: Editora Atlas S.A, Sexta Edição.

Hirschon, Renee B. and Gold, John R. 1982. "Territoriality and The Home Environment In Greek Urban Community", *Anthropological Quarterly*, 55 (2): 63-73.

Jenkins, Paul. 2010. "Changing attitudes to land in the expanding urban areas of Xilunguine / Lourenço Marques / Maputo", *Southern Africa: history, culture and society*, Seminar series, 26

\_\_\_\_\_ 2012. "Home Space Maputo: Context Report", Maputo. S. ed. Disponível na internet em:

[http://www.homespace.dk/tl\\_files/uploads/publications/Full%20reports/HomeSpace\\_](http://www.homespace.dk/tl_files/uploads/publications/Full%20reports/HomeSpace_)

Jossias, Elísio. 2010. "Biografia, Memórias e Afirmação da Moçambicanidade" *Revista Científica Inter-Universitária*, 1 (1): 133-151.

Kibreab, Gaim. 2009. "Resistance, Displacement, and Identity: The Case of Eritrean Refugees", *Canadian Journal of African Studies/Revue Canadienne des Études Africaines*, 34 (2): 249-296.

Leach, E. 1982. "Da etnografia totalizante a etnografia micro talhada. O meu tipo de antropologia", in *A diversidade da antropologia*. Lisboa: Edições 70.

Liesegang, Gerhard. 2009. *Aquino de Bragança em Moçambique 1974-1986: momentos lembrados e anotações sobre epistemologias, paradigmas e territorialidade*. Maputo: Universidade Eduardo Mondlane.

Lima, António P. and Sarró, Ramon. 2006. *Terrenos metropolitanos: ensaios sobre produção etnográfica*. Lisboa: ICS. Imprensa de Ciências Sociais.

Little, Paul E. 2002. "Territórios Sociais e Povos Tradicionais no Brasil: Por uma Antropologia da Territorialidade", *Série dos Antropólogos*, 322: 1-32.

Loforte, Ana M. 1984. *A Produção de Identidades Étnicas em Meio Urbano*. Maputo: Universidade Eduardo Mondlane – Departamento de Arqueologia e Antropologia, pp 236-288.

Low, Setha. M. 1996. “The Anthropology of Cities: imagining and theorizing the city”, *Annual Rev. Anthropol*, (25): 383-409.

\_\_\_\_\_1997. “Urban Fear: Building the Fortress City”, *City & Society*. New York: City University of New York, pp 52-71.

Magnani, José G. 2002. “De perto e de dentro: notas para uma etnografia urbana”, *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 17 (49): 2-12.

Malinowski, B. 1977 “Argonautas do pacífico Ocidental”, *Ethnologia*, 5 (6-8): 17-37.

Marconi, Mariana de Andrade and Lakatos, Eva Maria. 2003. *Fundamentos de Metodologia Científica*. São Paulo: Editora Atlas S.A

Niconte, Kate A. 2012. *Espaço e Identidade: Uma Análise do Processo de Reassentamento de Cateme em Moatize*. Tese Licenciatura em Antropologia. Maputo. Universidade Eduardo Mondlane – Departamento de Arqueologia e Antropologia.

Nguenha, José L. 2014. *Resessentamento: Um estudo sobre as percepções da apropriação dos espaços habitacionais nas zonas de expansão no Distrito de Marracuene*. Tese de Licenciatura. Maputo. Universidade Eduardo Mondlane. – Departamento de Sociologia.

Nielsen, Morten and Simone, Abdou Maliqi. 2015. *The Generic City, Examples from Jakarta, Indonesia and Maputo, Mozambique*. Denamark : Aarhus University

Oliveira, Lucia L. 2002. *Cidade: história e desafios*. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getulio Vargas.

Pereira, Wellington and Mesquita, Tarcineide. 2012. “A contribuição da etnometodologia para análise do colonismo social”, *Revista Famecos*, 19 (1): 46-64.

Pina Cabral, J. 2005. “Identidades Inseridas: Algumas Divagações Sobre Identidade, Emoção e moralidade”, *Revista Portuguesa de Psicanálise*, 26 (1): 97-118.

Rodrigues, Cristina U. 1999. “Recomposição Social e Urbanização em Luanda”, *Ocasional paper*, Lisboa: Centro de Estudos Africanos, ISCTE-IUL, 9, pp 1-28.

Saque, Marcos Aurélio. 2004. “O território: diferentes interpretações na literatura italiana”, in: *Território e Desenvolvimento: diferentes abordagens*. Francisco Beltrão. Paraná (Unioeste).

Setton, Maria da Graça. 2002. “A teoria do habitus em Pierre Bourdieu: uma leitura contemporânea”, *Revista Brasileira de Educação*, 20: 60-154.

Souza, Edevaldo A. and Pedon, Nelson R. 2007. “Território e Identidade”, *Revista Electrónica da Associação dos Geógrafos Brasileiros*, 1, 6 (4): 126-148.

Velho, Otávio Guilherme. 1973. *O fenómeno Urbano*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 2º edição.